

As Contradições do ão: Globalização, Nação, Região, Metropolização

Francisco de Oliveira

Novembro de 2004

As Contradições do ão: Globalização, Nação, Região, Metropolização.
Francisco de Oliveira

“Pãos e Pães, é Questão de Opiniões”.

Guimarães Rosa.

Direto ao ponto: a globalização é entendida aqui como o processo pelo qual o capital-dinheiro na forma da moeda hegemônica – o dólar norte-americano – se coloca como pressuposto e resultado de todas as economias nacionais. Por isso, Chesnais a chama de “mundialização do capital”.¹ E é claro que esse colocar-se como pressuposto e resultado é mais visível nas economias sub-mundiais, que é o nome novo das antigas periferias capitalistas. Pois todas são, agora, formas da divisão espacial do capital. Enquanto espaços como o da União Européia guarda, ainda, e provavelmente a ampliará, autonomia em relação à moeda hegemônica, à condição de que dispute com esta o estatuto de moeda mundial, ou pelo menos desempenhe o mesmo papel. Mas isto não é verdade nem para o Japão, nem para a China, nem para a Índia, espaços-economias sub-mundiais. Parece paradoxal: mas o Japão aplica seus próprios excedentes monetários nos títulos da dívida norte-americana, pelo que se pode dizer que o dólar é pressuposto e resultado também para a economia nipônica. Em relação à China e à Índia, os mastodontes emergentes que estão mudando a divisão mundial do trabalho, então nem se pode pôr em questão: ambos se alimentam do mercado de oferta de capitais para alavancar suas formidáveis expansões, e o dólar volta como resultado na forma das exportações chinesas de manufaturados e das exportações indianas de serviços. O que não quer dizer que suas próprias formas de capital-

¹ François Chesnais, A Mundialização do Capital.

dinheiro, no futuro, não possam libertar-se da forma dólar, mas quer dizer que também, nesta hipótese, funcionarão como moedas globais; comércio apenas não transforma uma moeda nacional em mundial: requer-se que ela funcione como reserva de valor mundial, ou nos velhos termos leninistas, seja uma moeda imperialista.

Não se inclui entre os mastodontes a Rússia, embora seu tamanho pudesse ser um critério que a juntasse à China e Índia. Mas a economia russa não encontrou, ainda, seu nicho na expansão capitalista do novo ciclo mundializado. Fora a exportação de *comodities* como o petróleo, e sua força em uns poucos setores, como a produção aeronáutica, e o que lhe resta de força militar, a Rússia permanece imersa num turbilhão de acumulação primitiva – a conversão de uma economia que Kurz chamou de “socialismo de caserna”² em economia capitalista – por vias gangsterís, um problema político irresoluto, que brevemente se estabilizará no patamar da dissolução do antigo império czarista-soviético. Mesmo sua notável façanha espacial não lhe dá um lugar especial na mundialização, tendo em vista que “bens espaciais” não têm demanda mundial para convertê-la em exportador. E a exportação de capitais da Rússia é irrelevante.

É neste sentido que existe uma acumulação comandada pelo capital-financeiro, ou uma acumulação à dominância financeira, como quer Chesnais, mas nunca no sentido estrito de que a valorização do capital deixa de passar pelo sistema produtivo. Ou dizendo de outra forma: a forma financeira descolou-se da forma capital-produtivo, e a divisão mundial do trabalho é agora comandada pela oferta de capital-dinheiro, que escolhe as localizações espaciais do capital-produtivo.

² Robert Kurz, O Retorno de Potemkin

O que quer dizer capital-dinheiro hegemônico como “pressuposto” e “resultado” dos produtos das economias sub-mundiais ? As dívidas externas das economias sub-mundiais respondem parcialmente à questão: em antigas periferias como as latinoamericanas, e o Brasil é um caso exemplar, a dívida externa é uma espécie de adiantamento sobre o produto futuro, que é o caso de todo crédito, necessária porque a moeda nacional não tem mais a qualidade de reserva de valor. Sobretudo porque o processo de acumulação do capital-produtivo foi lançado a uma carreira – como reprodução ampliada – para a qual o capital-dinheiro nacional não tem potência, pois ele não compra o “progresso técnico” – Labini³ – que é imposto pela mundialização da divisão do trabalho.

No caso das economias como a da China e a da Índia, a dívida externa não aparece como o cordão umbilical a ligá-las à mundialização, e parece não serem economias sub-mundiais- os seus tamanhos exercem uma espécie de efeito óptico que distorce a real subordinação à divisão espacial do capital-dinheiro . Isso acontece porque estão internalizando os próprios capitais-mundiais, como investimentos diretos, inclusive como *joint-ventures*, e assim se ligam diretamente ao capital-produtivo, enquanto as antigas periferias latinoamericanas o fazem através da dívida externa. Há, ainda, um forte controle político dessa internalização da mundialização do capital, enquanto nas periferias latinoamericanas a devastação neoliberal apequenou os estados nacionais, que já são presas fáceis dos constrangimentos externos, e já sofreram a desterritorialização da política. Então a mundialização é, de fato, a espacialização do capital-produtivo determinada pelo capital financeiro.

³ Sylos Labini, Oligopólio e Progresso Técnico.

A mundialização é uma via de duas mãos. Se as dívidas externas e as exportações de mercadorias e serviços são a mão que vai das antigas periferias e dos novos mastodontes para o centro, este emite, através da dívida externa dos USA, o capital-dinheiro que colocará em ação os capitais que operam aquelas economias sub-mundiais. A mundialização tornou insubstituível, para os USA, sua dívida externa como exportação de capitais, que aparece invertida pois é dívida, e as exportações de mercadorias e serviços e importação de capitais pelas economias sub-mundiais, mas não são exportações de capitais. A taxa de lucro da economia norte-americana é que regula o movimento da competitividade mundial, e por isso as antigas periferias vêm-se devastadas por recorrentes crises fiscais, na forma dos *superávits* primários, enquanto os novos mastodontes respondem na forma de excepcionais taxas de crescimento que encobrem uma formidável taxa de exploração da força de trabalho para lograr a perequação da taxa de lucro exigida pela sua própria mundialização. Num caso, a mundialização opera como restrição ao crescimento, noutro ela o exponencia, sob graves restrições políticas. Aliás, o crescimento da taxa de exploração é condição *sine qua non* para todos que correm atrás no processo acelerado e descartável do progresso técnico-científico que é a forma técnica da acumulação de capital. China e Índia beneficiam-se de sua extensíssima força de trabalho e criaram a miragem de formidáveis aumentos da produtividade do trabalho, na verdade comandada pela combinação de progresso técnico e execráveis salários. Todo o resto da periferia corre atrás dessas miragens. Tal perseguição impõe a destruição dos precários direitos do trabalho, conquistados a duras penas nas periferias latino-americanas, logrados, na verdade, ao preço das ditaduras modernizadoras, como as de Vargas e dos

militares do ciclo 1964-1984 no Brasil. Mesmo na Europa Ocidental, mãe do Estado do Bem-Estar, observa-se uma regressão, em forma ainda atenuada, do componente indireto dos salários reais. Parece haver uma relação, ainda não compreendida teoricamente, entre a acumulação à dominância financeira e crescimento da taxa de exploração da força de trabalho.

Nação periférica e mundialização

O termo-conceito periferia, elaborado por Prebisch e sua Cepal⁴, descrevia e interpretava uma divisão internacional do trabalho que se sustentava na assimetria entre produtores de manufaturados e produtores primários. De qualquer modo, a “periferia” se sustentava numa capacidade tênue, mas ainda assim efetiva, de realizar políticas autônomas, viabilizada pela não-conversibilidade de suas moedas e pelo papel determinante do capital-produtivo no cenário internacional. O período de ouro de Bretton Woods de alguma maneira preservava essa autonomia relativa, no sistema chamado dólar-ouro, que supunha uma regra monetária reguladora, com flutuações em torno do eixo principal de uma relação fixa ouro-dólar nos USA.⁵ Um sistema que fornecia previsibilidade no médio prazo. A periferia latinoamericana utilizou *pro domo suo* sua irrelevância monetária mundial: através sobretudo de políticas fiscais e coerção estatal, criou o novo lugar do Estado na economia, inaugurado pelo objetivo de políticas anti-cíclicas que retirassem a economia da severa depressão dos anos Trinta, que na América Latina deu lugar ao desenvolvimentismo.

⁴ Raúl Prebisch, e Octávio Rodriguez,

⁵ Ver Robert Solomon, ; Fernando J. Cardim de Carvalho, “A Influência do FMI na Escolha de Políticas Macroeconômicas em uma Economia Emergente: O Caso do Brasil”, in João Sicsú, José Luis Oreiro e Luiz Fernando de Paula (orgs.) Agenda Brasil. Barueri, SP. Manole/Konrad Adenauer Stiftung, 2003.; e Francisco de Oliveira, “Os Sentidos do Capital pós-Bretton Woods”.

O termo-conceito “periferia” já não tem capacidade heurística para descrever e interpretar a mundialização, e é usado agora para designar uma imagem apenas ideal de uma economia-mundo –no dizer de Immanuel Wallerstein e Octávio Ianni⁶ – de círculos concêntricos, mas já não descreve a relação.Mastodontes como China, Índia, Brasil, Rússia, Indonésia, e México e África do Sul, em certa medida, ainda aparecem como economias sub-mundiais, mas a grande maioria comparece apenas como localizações aleatórias do capital mundializado, o que embaralha a divisão mundial do trabalho. A Microsoft está em Costa Rica, em sua única unidade fora dos USA: o pequeno país da América Central é uma periferia dentro do centro ou o centro dentro da periferia ? E porquê ele foi escolhido para sediar esse “objeto do desejo” de toda a periferia ? Não há nenhuma razão, ancorada na velha divisão internacional do trabalho, nem nas teorias locacionais de custos comparativos, nem de fontes de matérias-primas. Apenas a escolha da própria empresa, e o uso do Estado como capital-financeiro: o novo estado latinoamericano é uma plataforma financeira e os países convertem-se em plataformas de exportações. O conceito de “periferia” supunha o Estado-Nação.

A desterritorialização operada pela mundialização escandiu o Estado-Nação periférico.Resta o Estado e quase desaparece a Nação; onde esta persiste, é à força da predominância do Estado na velha junção dos termos: caso dos mastodontes.A ilusão de ótica elaborada pela doutrina neoliberal do Estado mínimo esconde, na verdade, um Estado máximo, que opera o controle da força de trabalho rebaixando o estatuto dos direitos e propiciando as condições institucionais para a elevação da taxa de exploração; e de outro lado é uma forma de capital-financeiro para o capital

⁶ Ver Immanuel Wallerstein,

e Octávio Ianni, Enigmas da Modernidade-Mundo.

mundializado, através das isenções, subsídios e toda sorte de “incentivos”. A dívida interna é esse capital-financeiro que sustenta a extravagância da quase-conversibilidade monetária e a assunção, por parte do Estado, do risco cambial inerente a um regime de câmbio flutuante. Daí a recorrente política fiscal restritiva, que na outra ponta restringe o crescimento autônomo.

A desterritorialização é uma desnacionalização da política e uma despolitização da economia; mais que um trocadilho sem graça, o primeiro termo se refere à transferência para o âmbito das instituições financeiras mundiais das formulações de política econômica, moeda, câmbio e fiscal, principalmente, mas não menos o estatuto da propriedade pública e privada. Através das instituições da chamada “governança mundial”, FMI, BIRD e OMC, impõem-se as condições de monitoramento, coadjuvadas por organizações privadas, ligadas ao sistema financeiro-bancário, que “julgam” o estado de risco das economias sub-mundiais. Bem observadas, tais instituições arbitram e estabelecem as condições da competição entre as diversas formas do capital mundial, produtivo e financeiro.

A despolitização da economia é quase uma consequência da primeira, pois os conflitos internos entre classes e setores, e em suas relações com seus Estados “nacionais” estão submetidos às condicionalidades externas. Em outras palavras, tais condicionalidades delimitam o espaço e os termos dos conflitos de classe e de interesses dos atores internos. O movimento da taxa de lucro, parametrizado pelo capital-dinheiro mundial é seu principal determinante, para cima ou para baixo. Não à toa, qualquer movimento na taxa de juros determinada pelo FED pode desencadear, deter ou estimular, entradas e saídas de capitais especulativos nas economias sub-mundiais com conversibilidade total ou parcial; para os mastodontes suas quase

incomensuráveis taxas de crescimento são as formas de atração do capital produtivo mundial; assim mesmo, a China viu-se obrigada a entrar na OMC sob pena de ver suas chances de intercâmbio comercial minguarem e com elas seu crescimento. Em outras palavras, a intensidade da taxa de exploração chinesa é a condição para a atração do capital-produtivo mundial, e a forma especial do Estado altamente centralizador é uma espécie de Estado-caserna⁷ extremamente funcional para a acumulação de capital.

A formação da Nação, como o espaço de disputa do sentido político comum é substituída por um consenso forçado, fora do qual não se processa qualquer crescimento. Está-se num território de conflito para além da hegemonia. É quase uma ditadura, a política como administração, nos termos de Adorno e Horkheimer⁸. A proliferação de controles, de índices e indicadores, de políticas sociais focadas, que monitoram permanentemente a realização e a performance das políticas, a reprodução da força de trabalho e no extremo, a “vida nua”, é a política como administração. Que já não depende da relação de forças entre as classes, mas da medida que ajusta o comportamento das principais variáveis ao movimento da taxa de lucro mundial, mediada pelas variáveis de exclusivo controle estatal. Assim, a Nação é subsumida no Estado.

Um projeto nacional no sentido já apontado de realização de um projeto comum, torna-se, assim, uma quimera. Em seu lugar, como paradoxo do neoliberalismo e da mundialização, viabilizam-se apenas políticas de Estado. Vestidas de retóricas “nacionais”, mas cujos objetivos são, em primeiro, segundo, terceiro lugares, a reificação do Estado como instância

⁷ A China é o mais acabado exemplo, hoje, do que Robert Kurz chamou de “socialismo de caserna”. Ver, O Retorno de Potemkin, op.cit.

⁸ Theodor Adorno e Max Horkheimer, A Dialética do Esclarecimento.

de cálculo da reprodução do capital interno e sua relação com o capital mundializado.

Isto tudo não quer dizer que a mundialização operou uma homogeneização das condições inter-nacionais; ao contrário, trata-se de um sistema fortemente hierarquizado, com os USA como “olho do furacão” – onde parece reinar a calma – e a Europa dos 25 como sub-olho, enquanto os demais rodam freneticamente, a altas velocidades, impulsionadas pelo “olho” da acumulação de capital. No roteiro, podem acontecer desastres, como o da Argentina no período pós-Menem, em que a outrora grande nação latinoamericana, uma das cinco principais economias mundiais do princípio do século XX, conheceu taxas de desemprego e regressão no Produto Interno Bruto que não havia experimentado nem na Grande Depressão dos anos trinta.

Região e Mundialização: O Caminho dos Balcãs⁹

Não se pode falar em região e divisão regional do trabalho no Brasil senão já no século XIX e no momento em que a expansão da economia já se dá, ainda que parcialmente, mas já como seu carro-chefe, sob a forma de reprodução ampliada do capital. Traduzindo, quando a expansão do café se torna o eixo da nova “economia brasileira”. Anteriormente, as diversas especializações “regionais” ligavam diretamente cada parte do território da colônia à metrópole portuguesa e a seu papel de apropriação-intermediação com o comércio mundial, o conhecido “exclusivo colonial”. As relações internas eram fracas e operavam sempre na acumulação primitiva, mas

⁹ Desenvolvi este ponto originariamente em Francisco de Oliveira, “Periferias regionais e globalização: o caminho para os Balcãs”, in Glauco Arbix et al.(orgs.) Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo. Unesp/Edusp. 2002

nunca na acumulação de capital propriamente dita. E foram mais presentes enquanto o breve ciclo do ouro predominou na economia da colônia, Minas servindo como uma espécie de ponte entre o Norte Agrário – título de belo livro de Evaldo Cabral de Melo¹⁰ – e as economias setentrionais. Tratava-se de uma economia de “arquipélago”.

A divisão regional do trabalho que se forja segue, basicamente, as linhas de força da própria divisão internacional do trabalho em que se enquadra a nova nação e sua nova economia . Neste sentido, a “região” do café vai reorganizando as economias regionais como produtoras de matérias-primas para a “locomotiva”, guardando, ainda, fortes e diretos laços, pelas exportações, com os mercados dos países centrais. Durante um bom espaço de tempo, os interesses oligárquicos regionais coincidiram com uma política econômica – na verdade com sua ausência – cujo único instrumento era a taxa de câmbio, visto que as exportações eram o motor das várias economias regionais¹¹. Vai emergindo lentamente a “questão regional” na forma da disparidade crescente entre as várias regiões, agora propriamente chamadas, disparidade que poderia ser entendida pela analogia entre centro-periferia da formulação cepalina, exportação de manufaturas/importação de matérias-primas versus exportação de matérias-primas/importação de manufaturas. Furtado fundou sua tese sobre o Nordeste, que embasou sua concepção de superação do atraso do Nordeste pelo planejamento, nessa analogia e demonstrou, através do esquema da triangulação exportações do Nordeste-uso das divisas “nordestinas” pelo Centro-Sul-exportações do Centro-Sul para o Nordeste, como se dava a nova relação. Paradoxalmente, a região pobre exportava capitais para a

¹⁰ Evaldo Cabral de Melo, O Norte Agrário e o Império.

¹¹ Ver Anibal Vilanova Vilella e Wilson Suzigan, Política de Governo e Crescimento da Economia, 1889-1930., e Francisco de Oliveira, “ A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias.”, in Boris Fausto, (org.) História da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano.

região que se enriquecia, tanto na forma da triangulação já referida, quanto na criação de empresas-filiais das matrizes no Nordeste. O contrário, isto é, a exportação de capitais do Centro-Sul – como Furtado preferia chamar a região cujo epicentro era São Paulo – para o Nordeste era irrelevante. O mesmo se passava em relação ao Norte amazônico e ao Sul gaúcho.

A Revolução de 1930 e a centralização promovida por Vargas, com o novo protagonismo da União federal e do Estado na acumulação de capital, exponenciaram a re-divisão regional do trabalho que a expansão do café desenhava. Quebrou-se a autonomia dos Estados no capítulo fiscal, criaram-se os novos impostos federais, surgindo, pela primeira vez, um mercado nacional, livre das barreiras internas que obstaculizavam a circulação de mercadorias. O sorriso irônico da deusa da História é que tais reformas foram realizadas pela revolução que nasceu nas periferias, e que justamente reclamavam maior autonomia para os Estados: João Pessôa, o governador paraibano expoente dessa reivindicação, converte-se num dos líderes do movimento anti-São Paulo, e seu assassinato no Recife detona a revolução vitoriosa que ele não viu, e que reforçou em grau inusitado a concentração do capital em São Paulo. A especificidade da longa “via passiva” brasileira mostrava-se de difícil decifração pelos códigos canônicos da interpretação da história: uma revolução liderada por forças enraizadas na sociedade agrária desenvolve uma revolução industrial que não era desejada pelo centro dinâmico da economia.

Então, o ciclo que foi chamado depois, um tanto inapropriadamente, de “substituição de importações” orientou o processo de industrialização, que se concentrou em São Paulo, exatamente porque uma maior divisão social do trabalho patrocinada pelo café havia criado o que se chama “mercado interno”, isto é, relações de renda monetizadas, ainda que o processo de

acumulação de capital na lavoura cafeeira tenha se utilizado, também, de procedimentos “primitivos” como o colonato.¹² A poderosa intervenção do Estado na economia apoiou e reforçou o impulso vindo do setor privado, no ciclo que ficou conhecido como “desenvolvimentista”.¹³ Sucessivamente, Vargas e depois Kubistchek patrocinaram a ampla vaga da industrialização “substitutiva” que tomou a forma de acúmulo de economias externas que só beneficiavam São Paulo e seu imediato entorno.

Do ponto de vista da divisão regional do trabalho, a integração do mercado nacional, tanto pela via fiscal quanto, depois, pela abertura das rodovias, funcionou como uma “queda de barreiras” que haviam protegido as indústrias regionais e locais, sobretudo no Nordeste. Viu-se, então, uma sucessão de fechamento de fábricas, sobretudo das têxteis, a velha agricultura de subsistência perdendo terreno para as novas produções agrícolas do Centro-Sul, enquanto a atividade açucareira ainda sobrevivia no Nordeste Oriental, protegida pelo IAA e seus sistemas de quotas que, paradoxalmente, manteve altos os preços do açúcar, balizados pela indústria marginal, menos eficiente, e assim propiciou superlucros à indústria açucareira de São Paulo, com maior produtividade.

Foi então que veio a Sudene, no rastro de um conjunto de fatores que elevou a “questão regional” ao estatuto de uma “questão nacional”. Uma impiedosa seca, que exigiu a ajuda federal, mediada pelos “coronéis” com seus velhos métodos corruptos, uma derrota política do governo Kubistchek nos então dois principais estados, Pernambuco e Bahia, o escândalo da corrupção que tocou fundo no Exército, juntaram-se para propôr uma nova política para a região Nordeste, em substituição à velha

¹² Ver Warren Dean, A Industrialização de São Paulo e Wilson Suzigan, A Industrialização Brasileira, e ainda Maria da Conceição Tavares, Da Substituição de Importações à Acumulação Financeira.

¹³ Carlos Lessa, 15 Anos de Política Econômica., e Francisco de Oliveira, A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista.

política hidráulica de “combate às sêcas” baseada em obras públicas de duvidosa eficácia. Era tudo que Kubistchek queria, já que seu famoso “programa de metas” não tinha nada a oferecer ao Nordeste.¹⁴

Furtado, com seu famoso diagnóstico¹⁵, em que a já referida triangulação de divisas “nordestinas” que financiavam a acumulação de capital industrial no Centro-Sul colocava o “dedo na ferida” racionalizando as velhas queixas regionais, imaginou e propôs um programa de industrialização, uma modalidade inter-regional de “substituição de importações”. Que estava funcionando no Brasil. Então, de forma até certo ponto imprevista, foi a solução do problema do financiamento da acumulação de capital industrial no Nordeste que se transformou na “pedra de toque” do relativo êxito da Sudene. O famoso artigo 34 não estava no projeto de lei de criação da Sudene, elaborado por Furtado e sua equipe, enviado ao Congresso por Kubistchek. Foi uma emenda de um deputado conservador de Pernambuco que o introduziu¹⁶, inspirando-se nos mecanismos italianos para o desenvolvimento do Mezzogiorno. Já na lei do Segundo Plano Diretor, constava o artigo 18, que formou par com o 34; seu objetivo foi incluir empresas estrangeiras como sujeitos do benefício, o que era proibido pelo primeiro dispositivo.

Pela primeira vez, o fluxo de capitais se inverteu: a partir do incentivo fiscal que ficou conhecido como o “Sistema 34-18”, números dos artigos das leis que implementaram o programa de desenvolvimento, as empresas de todo o país deduziam do Imposto de Renda os valores que aplicariam no Nordeste, inicialmente apenas na indústria, ampliado o campo de aplicação

¹⁴ Ver Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião. Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*.

¹⁵ GTDN.

¹⁶ Gileno de Carli era deputado federal pela União Democrática Nacional, seção de Pernambuco, e havia sido superintendente do Instituto do Açúcar e do Alcool, a autarquia criada por Vargas para regular a indústria açucareira. O IAA foi quase sempre dominado pela açucarocracia – o termo é de Evaldo Cabral de Melo – pernambucana, à qual De Carli era profundamente ligado.

depois para os serviços e o agronegócio. Em contrapartida, o Estado, através dos bancos oficiais, BNB e BNDE (ainda sem o S), complementavam o investimento privado. Outros incentivos, estaduais e municipais completavam o lote, e muitas empresas o utilizaram largamente. Na prática, o investidor quase não aportava capital de sua propriedade, pois os próprios incentivos que seriam concedidos eram considerados contraparte do investidor na conta final que fechava com recursos de empréstimos dos bancos oficiais. Posteriormente, o sistema evoluiu para o chamado FINOR, em que empresas que tinham Imposto de Renda a deduzir – e até pessoas físicas também, mas estas raramente utilizaram o mecanismo – compravam ações dos empreendimentos que se pretendia efetivar.

O sistema deu lugar a transações duvidosas, certamente com forte corrupção, a empreendimentos arriscados, em que o objetivo real era apossar-se de recursos públicos, e suas últimas avaliações revelaram descalabro, pelo que FHC detonou-o, sem levar em consideração o real benefício que havia tramitado por todos os anos. Diga-se de passagem que foi no setor do agronegócio que se registraram os maiores desvios e aplicações de duvidosa rentabilidade, que fracassaram redondamente. Na Amazônia, para a qual se copiou o esquema Sudene com a criação da Sudam, de fato observou-se que os projetos, na sua grande maioria agropecuários, embutiam uma superestimação do valor da terra nos projetos, que funcionava como uma “acumulação primitiva monetária”, sem real correspondência com os investimentos reais; e além de tudo, eram movidas por trabalho quase escravo. Estávamos na realidade frente a um ciclo de redefinição da divisão regional do trabalho marcado pela homogeneização monopolística-oligopolística do espaço econômico nacional. Vale dizer, além de uma miríade de empreendimentos, foram as

principais empresas do país, algumas até multinacionais, que se utilizaram do sistema 34-18 depois FINOR, para ocupar previamente espaços na competição oligopolística. Os diversos trabalhos de pesquisa a respeito, que começaram com a pioneira análise de Albert Hirschmann, atestam que houve, de fato, uma transferência de empresas, filiais ou sucursais, das mais importantes no Centro-Sul.¹⁷ Se a Revolução de 30 havia criado um espaço econômico nacional unificado para a circulação de mercadorias, o Sistema 34-18 completou a integração, criando um espaço nacional unificado para a circulação dos capitais.

Ancorando-se no 34-18/FINOR, de um lado, e de outro na Petrobrás à época do Consulado Geisel na empresa e depois na Presidência da República, o Estado da Bahia logrou formar um polo petroquímico, que ainda se mantém como o segundo ou terceiro, ao lado de Capuava e do Rio Grande do Sul, que atraiu a maior parte do investimento, tomando o lugar anteriormente ocupado pelo Estado de Pernambuco. É inegável que houve um período de intensa industrialização. As taxas de crescimento econômico do Nordeste, em alguns anos da década de setenta do século passado, chegaram mesmo a serem superiores às do Brasil do “milagre econômico”, o que revelou-se uma façanha insuspeitada. Para aqueles anos, conforme os estudos de Contas Nacionais disponíveis para o Nordeste, o coeficiente de investimentos regionais sobre o produto bruto regional chegou a 50%, o que somente se torna compreensível se se admite que houve, de fato, transferência de capitais da região mais desenvolvida para a menos desenvolvida, pois não se constatou regressão ou compressão do consumo,

¹⁷ O trabalho pioneiro de Albert Hirschman, conhecido economista austríaco naturalizado norteamericano, com na América Latina, foi publicado na Revista Brasileira de Economia. Seguiram-se a ele meu próprio livro, *Elegia*. op.cit., e toda uma literatura, na qual se inclui Raimundo Moreira, Tânia Bacelar, Leonardo Guimarães Neto, além dos relatórios da SUDENE que forneciam as informações sobre os projetos e as empresas instaladas.

mas ao contrário, progressão simultânea do consumo e do investimento. Houve uma espécie de “ciclo japonês” naquela década.

O ciclo da nova divisão regional do trabalho foi comandado, pois, pelos incentivos fiscais do Estado, uma espécie de capital-financeiro-geral que financiou a transferência de empresas para o Nordeste e também para a Amazônia – nesta, sobretudo com a Zona Franca de Manaus e empreendimentos agropecuários – e sua característica mais notável é que se formou no bojo da homogeneização monopolística do espaço econômico nacional. Os investimentos não se distribuíram equitativamente entre os vários Estados que compunham o Nordeste. Concentraram-se sobretudo na Bahia, secundariamente em Pernambuco e numa última fase no Ceará. Na Amazônia, concentraram-se na Zona Franca de Manaus, uma criação da ditadura militar que funciona na verdade como uma plataforma externa para a produção interna sobretudo de eletrônicos e eletro-domésticos; projetos agropecuários espalharam-se por toda a região, com concentração no Pará e Mato Grosso. Neste último, a expansão da soja transformou o Estado no principal produtor nacional, promovendo uma devastação ecológica implacável.

O fim do longo ciclo desenvolvimentista nacional, que coincidiu com a crise da dívida no começo dos anos oitenta, deteriorando gravemente a capacidade financeira do Estado *condottiere*, marcou também o completamento da divisão regional do trabalho comandada pela homogeneização monopolística do espaço econômico nacional e financiada pelos incentivos fiscais. A partir daí, instalou-se um movimento errático, com o progressivo abandono, pelo Estado, de políticas regionais consistentes, até que FHC, já no período que convencionou-se chamar “neoliberal”- década de noventa - desativou as instituições regionais de

planejamento, detonou com o FINOR e o FINAM e retirou a maior parte dos incentivos fiscais. O pretexto foi a corrupção encontrada no agenciamento dos projetos de investimento, a fraude em projetos que nunca se instalaram, uma valorização artificial das ações do FINOR-FINAM mediante a qual os donos dos projetos recompravam na “bacia das almas” as ações que estavam em mãos de terceiros, porque evidentemente o mecanismo estava funcionando apenas como uma espécie de especulação financeira e os resultados reais dos projetos de investimento não remuneravam o capital investido – diga-se, os incentivos a que a União renunciava. Na verdade, havia se encerrado o ciclo, de tal forma que mesmo indústrias e empresas já instaladas chegaram a retirar-se do Nordeste. O mais emblemático foi o caso da empresa de cubanos exilados depois da Revolução, que fizeram no Recife o famoso Ron Bacardi, e foi talvez o segundo ou terceiro empreendimento industrial a passar na Sudene ainda em 1960. A fábrica foi inteiramente desativada. Outro caso importante foi o da Coperbo, empreendimento do governo pernambucano, fabricação de borracha sintética a partir do álcool de cana de açúcar, que foi depois absorvida pela Petrobrás, que abandonou o processo do álcool e adotou o convencional a partir do petróleo.

No Nordeste, apenas a Bahia logrou consolidar uma nova posição na acumulação à dominância financeira, com seu pólo petroquímico e agora a fábrica da Ford em Camaçari. Os Estados do chamado Nordeste Oriental, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e mais além Sergipe, tiveram suas taxas de crescimento declinantes, e conhecem uma longa estagnação. Na região Petrolina(Pe)-Juazeiro(Ba), o projeto pioneiro de irrigação da SUDENE fez surgir uma espécie de Califórnia, com uma rica produção de frutas para exportação. Apenas ali onde novas atividades

petrolíferas comandadas pela Petrobrás estão surgindo, como no Rio Grande do Norte, esboça-se algum crescimento econômico. O Estado do Maranhão parece em vias de assistir a uma vaga de industrialização siderúrgica, pelos motivos já citados, a partir da estratégica posição do porto de exportação – Itaqui - do minério de ferro de Carajás, e um polo de soja surgiu na região de Balsas, no sudeste do Estado.. A Amazônia como um todo estacionou numa divisão do trabalho que é, na verdade, uma especialização ainda em suas matérias-primas , madeira, ferro e bauxita, e no agronegócio, sobretudo na soja, fortemente predadora. Não houve grandes desdobramentos industriais a partir dessas bases.

A região é uma resultante de uma longa formação histórica, uma fusão de características geográfico-ecológicas com um processo que pode ser chamado “cultural”, uma forma de reprodução da produção material e uma forma da dominação tradicional ou de classes.¹⁸ Em casos mais radicais, a região pode diferenciar-se até linguisticamente, de que as regiões – hoje autônomas – da Espanha, Navarra, País Basco, Catalunha, La Coruña, são os casos mais clássicos. Embora hoje outras regiões autônomas componham o complexo mosaico da Espanha contemporânea, como a própria Andalucia e Valencia. No Brasil, essa longa formação decantou diferenças importantes, mas que não chegaram a criar “dialetos” regionais, embora as falas regionais se caracterizem em acentos que são variações do idioma nacional, o português do Brasil, que por sua vez é diferente do português de Portugal. Assim, não se pode falar de uma completa homogeneização das regiões brasileiras, com o processo de integração experimentado sobretudo a partir da industrialização por “substituição de importações”. Mas convém aceitar que a forma da produção e reprodução

¹⁸ Este ponto está mais desenvolvido em Elegia para uma Re(li)gião, op.cit.

da base material, vale dizer o sistema capitalista em sua fase contemporânea, é hoje “nacional” e que, portanto, economicamente não há mais propriamente “região” do ponto de vista de uma circularidade autosustentável da produção e reprodução capitalistas. Igualmente, houve uma convergência de formas da dominação de classe, embora anote-se ainda graus bastante diferenciados de salários e rendas entre as várias regiões.

Assim, a antiga base “regional” que constituía uma “economia” foi, no Nordeste e na Amazônia, grandemente desfeita, integrando-se numa economia nacional brasileira. A Amazônia resiste mais a essa integração, devido à gravitação que a forte presença dos contingentes étnicos indígenas tem na formação “regional”, e é evidente, tais contingentes étnicos mantêm uma forma especial de produção e reprodução da vida material. Mas eles não são centrais para caracterizar uma “economia” regional amazônica, porque não são predominantes em relação ao núcleo capitalista propriamente dito. Também é certo que o tipo de exploração econômica fundamental na Amazônia, baseado em seus recursos naturais – e em sua depredação – ferro, bauxita, madeira, e agora o agronegócio, dá a ilusão de que se trata de uma “economia regional”¹⁹. De fato, trata-se de fonte de matérias-primas e *comodities* que compõem a estrutura da economia brasileira, basicamente em seu setor de exportação, e sua reprodução somente se explica por essa ligação estrutural.

A acumulação de capital à dominância financeira, característica da mundialização, reduziu a economia brasileira à condição de uma economia sub-mundial, sem potência própria para autodirigir seu processo de acumulação de capital produtivo. Essa mudança redefine as relações

¹⁹ Ver Francisco de Oliveira, “A Reconquista da Amazônia”, in

internas das regiões, vale dizer, a divisão regional do trabalho no interior da economia brasileira. Em termos mais radicais, já não há tal “divisão” senão ali onde o capital financeiro na verdade é o Estado. Exemplifiquemos: na Bahia, que foi o caso mais bem sucedido, a Petrobrás articulou um conjunto de empreendimentos privados, dos quais ela mesma era sócia, financiando os investimentos, parcialmente, que eram completados pelos recursos do FINOR. Com as privatizações, o ímpeto do tripé Petrobrás-capital privado-incentivos fiscais diminuiu e a decisão locacional voltou-se, agora, fundamentalmente para as estratégias de cada empresa, orientação que prevalece também na própria Petrobrás.

Além disso, inaugurou-se na década de noventa, com a intensa financeirização e mundialização do capital produtivo, uma escolha locacional que é determinada em primeira instância pelos aportes de capital financeiro providos pelo Estado nacional e estaduais. O caso da indústria automobilística é típico: existem montadoras hoje em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia, com diferentes localizações municipais. Em São Paulo, no velho ABC (Volks, Ford, GM, Scania-Saab, Mercedes), mas também em Eugenio de Mello (GM), Taubaté (Volks), Sumaré (Honda), São Carlos (Volks) e Indaiatuba (Toyota); no Rio em Resende (Volks) e Porto Real (Peugeot); em Minas, em Betim (Fiat) e Juiz de Fora (Mercedes); no Paraná em São José dos Pinhais (Audi, Renault e Volvo); no Rio Grande do Sul, em Gravataí (GM) e na Bahia, em Camaçari (Ford). Estão presentes as antigas GM, Ford, Volkswagen, Mercedes, Scania-Saab, Volvo e Fiat, as novas Mercedes, Honda, Toyota, Renault, Audi e Peugeot.²⁰ A maior parte

²⁰ Existem ainda as montadoras de ônibus, de tratores e máquinas agrícolas pesadas, além de veículos pesados para obras civis, terraplanagem, etc, que é dispensável descrever, mas que se inscrevem nas novas e mesmas lógicas das montadoras de automóveis.

trabalha com taxas de ocupação baixas, algumas acentuadamente baixas . A GM recebeu do Governo do Rio Grande do Sul – ganhou é o termo – 340 milhões de dólares num investimento original total de 370 milhões, fora os créditos fiscais e incentivos de toda sorte, municipais. A Ford queria o mesmo do governo gaúcho, na época comandado por Olívio Dutra, do PT, que sinalizou que iria aportar menos dinheiro e reduziria os incentivos que custavam renúncias exageradas no montante e no tempo. A Ford , apoiada pelo governo FHC que buscava debilitar o principal governo estadual petista – o outro era o do Acre - , optou (?) pela Bahia, para o que o BNDES lhe aportou 700 milhões de dólares. Não há qualquer lógica locacional apoiada em paradigmas de especialização regional, cadeias produtivas – posto que a mundialização do capital produtivo permite recolher de praticamente todas as partes do mundo, peças e componentes. Há apenas uma sobredeterminação financeira, de capital financeiro estatal, que distribui no espaço as localizações produtivas.

Restam com localizações regionais ligadas à especialização em matérias-primas, muitos poucos ramos industriais, sobretudo aqueles de baixo valor agregado e custos de transporte de matérias-primas muito altos, e uma articulação logística privilegiada. É o caso do Maranhão, que ganhará siderúrgicas baseadas no ferro de Carajás, excelência do porto de Itaqui e a proximidade de jazimentos carboníferos na Venezuela, segundo notícias veiculadas nos jornais econômicos. E continua sendo o caso , já citado, das especializações da Amazônia.

Uma especialização do Nordeste que se intensificou nas duas últimas décadas, e hoje de maneira muito forte, é o turismo de sete dias, os famosos “pacotes” oferecidos por empresas, nas férias escolares e em feriados prolongados. O Nordeste é uma destinação excepcional nesses casos,

concorrendo a Bahia até com o Rio. Mas, bem reparado é o turismo de negócios o que mais cresce, e seu destino é São Paulo. Todos os vôos que partem ou chegam no Nordeste não somam os do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, cuja recente reforma o tornou o mais moderno aeroporto do país, melhor mesmo que os internacionais de Guarulhos e do Rio. Observemos um pouco o turismo que vai para o Nordeste. Uns 80% do preço do “pacote” reparte-se entre a passagem de avião e a intermediação financeira das agências que estão no circuito, escondidos em preços superavaliados, que ficam no Centro-Sul. O restante divide-se entre a rede hoteleira local e os poucos serviços que são prestados nos locais de chegada, entre receptivos e pequenas compras locais. É um turismo destinado às classes médias sobretudo do Centro-Sul, com dispêndios pouco expressivos nos locais de destino; um turismo de praias exóticas e hoje de *resorts* sofisticados, de isolamento, em que o turista mal conhecerá as cidades em que aporta. No extravagante caso da revista **Caras**, o turista aporta diretamente na “ilha da felicidade”, em Comandatuba, na Bahia. Criou muitos empregos nos últimos anos, a grande maioria de baixo nível de remuneração, na maior parte dos casos “informal”, isto é, sem obedecer às regras das leis do trabalho. Tem pouca capacidade de estabelecer *forward and backward linkages*, daí que seus resultados são pouco expressivos na melhoria do nível e da distribuição da renda local.

Essa competição determinada pela financeirização baseada em fundos estatais – uma aparente contradição com o predomínio do mercado nas decisões empresariais – combinada com as estratégias de mundialização das empresas provoca uma espécie de “balcanização” das regiões. No sentido de recortes não-integracionistas, levando a uma divisão reiterada dos espaços, numa progressão infinita que vai bater nos municípios, agora

endeusados como sedes do “desenvolvimento local”, que parece conter todas as virtudes do “*small is beautiful*”. Mesmo São Paulo está às voltas com uma fuga generalizada de empreendimentos industriais dos territórios da metrópole, por razões de custo, des-economias de aglomeração e sobretudo pelas vantagens financeiras na forma de isenções fiscais oferecidas por municípios concorrentes. Na última década, alguns milhares de empresas saíram da capital paulista e seus arredores, e o Estado resolveu entrar na chamada “guerra fiscal” para deter a sangria de perda das sedes de empresas. O tema voltou agora nas últimas eleições municipais.

Além disso, esses processos vêm combinados com a revolução molecular-digital no campo da tecnologia, que torna obsoletas as antigas determinações. Não custa lembrar que a Índia é a grande produtora mundial de *software* e o escritório mundial da contabilidade de grandes empresas multinacionais; repetindo um exemplo já dado, Costa Rica sedia a única unidade da Microsoft fora dos USA, e mesmo o Haiti de antes da grave crise porque passa, estava prestando serviços banalizados de embalagem e de escritório para multinacionais norteamericanas. O padrão da revolução molecular-digital é ubíquo, e sua localização pode ser quase em qualquer parte do mundo. Não cria cadeias produtivas propriamente, mas “ambientes” onde interagem pesquisa básica e desenvolvimento tecnológico, de que o *Silicon Valley* na Califórnia é o emblema por excelência, mas também as *técnoles* da experiência francesa, alguns locais de aglomeração da interação antes referida.

O paradoxo produzido pela combinação dos processos brevemente recapitulados anteriormente é que a localização e a consequente divisão regional do trabalho é cada vez mais indeterminada, sendo seus elementos mais fortes a financeirização que escolhe os locais

para o capital produtivo e, pasme-se, a decisão política, a orientação política dos Estados. Isto serve tanto para os exemplos positivos, quanto para os negativos no caso brasileiro, onde assistiu-se à desativação do planejamento regional, substituído pelas ações *ad hoc*, como o caso da Ford na Bahia deixou patente. Então, não tão paradoxalmente, é a ação do Estado que passa a sobressair-se, mesmo porque seu aporte financeiro é fundamental, e é por ele que as empresas competem. Isto recoloca o tema do planejamento regional em pauta, se se quiser escapar à aleatoriedade imposta pelas novas combinações de financeirização e revolução molecular-digital. Mesmo com todas as restrições e constrangimentos impostos pelo estatuto de economia sub-mundial, o Brasil inscreve-se ao lado dos poucos mastodontes, com desvantagens evidentes frente à China e à Índia, mas podendo concorrer com Indonésia, México e África do Sul. Sobretudo se o processo do Mercosul avançar para o nível de uma coordenação de políticas de crescimento, e não ficar apenas no patamar de uma união aduaneira, para a qual tende, ultrapassando o estatuto de uma zona de livre comércio. Por enquanto, o Mercosul apenas tem reforçado as tendências centrífugas da integração nacional, em prejuízo das regiões mais pobres.

As metrópoles brasileiras na era global: o Estado de Exceção

Uma literatura recente tem tratado das “cidades-mundiais” como o novo e mais importante elo locacional no capitalismo globalizado. Seria uma espécie de novas “cidades-Estado” da Era Renascentista,

Florença e Gênova, Amsterdam e as cidades hanseáticas do Norte europeu.

A nova “cidade-mundial” por excelência é Barcelona, na Espanha, que autopromoveu uma formidável renovação urbana quando se preparou para receber as Olimpíadas e depois os festejos do Quinto Centenário do Descobrimento da América. Para quem visita a bela cidade catalã, realmente é de “encher os olhos”. Esquece-se frequentemente que a Catalunha, Navarra e o País Basco sempre foram as regiões mais industrializadas da Espanha, contidas apenas em seu desenvolvimento pela longa era franquista, com seu protecionismo retrô e seus mastodontes corporativos estatais e regulamentações das atividades que mais lembravam as corporações de ofício medievais.

Uma onda de revitalização urbana corre, então, por muitas capitais e grandes cidades. Renovação de centros velhos e decadentes, como as *docklands* em Londres, Puerto Madero em Buenos Aires, e em São Paulo a “revitalização do centro”²¹ – por ironia, num diálogo entre duas conhecidas urbanistas de São Paulo, falando-se sobre “revitalização” a segunda perguntou à primeira se o que ela estava vendo, do alto do mais velho edifício moderno de São Paulo, eram formigas, para que se pudesse falar em “revitalização”, quer dizer colocar vida de novo na cidade, ou se não se tratava das multidões que pululam o centro velho da cidade em frenéticas atividades de comércio de rua. Não houve resposta.

A industrialização produziu no Brasil uma aceleração da urbanização com poucos paralelos na história mundial; apenas o Japão e a ex-

²¹ Ver Mariana Fix,

União Soviética experimentaram tão radical mudança de localização da população. Tem-se hoje um país nitidamente urbano, com todas as capitais com mais de 500 mil habitantes, e muitas das principais cidades de São Paulo são maiores que a maior parte das capitais de estados. As recentes eleições municipais outra vez deram relevo a esse extraordinário movimento de urbanização. Construiu-se no Brasil um padrão de urbanização que está mais para o dos USA, e afasta-se decididamente do padrão europeu ocidental, com sua estabilidade demográfica mais que secular.

A explicação para essa acelerada urbanização está, em primeiro lugar, na industrialização, como já se referiu, em segundo lugar na des-ruralização da produção com a expulsão dos trabalhadores do interior dos estabelecimentos produtivos²², processo com poderosa inflexão para cima na década dos setenta do século passado, na fortíssima concentração de renda que provocou uma verdadeira corrida para as cidades com o trabalho “informal” como processo perverso de aproveitamento da força-de-trabalho disponível, e na adoção de um padrão de transportes baseado na rodovia. Finalmente, na concentração de serviços nas grandes cidades, sobretudo os de educação e saúde.

O crescimento do “milagre brasileiro” impôs nova velocidade ao processo de urbanização e seu derivativo, a metropolização e mesmo a megapolização. Vale lembrar que a música patrioteira que celebrava a conquista da Copa do Mundo de 1970, com Garrastazú Medici na Presidência e seu radinho de pilha ao ouvido, falava em “90 milhões em ação/Pra frente Brasil/Salve a Seleção”. Trinta anos

²² O trabalho de Maria da Conceição D’Incao, Bóia Fria, Acumulação e Miséria, tornou-se um clássico desse processo. Ver também Vinicius Caldeira Brant, “

depois o país estava com 185 milhões de habitantes , São Paulo com 10 milhões e sua área metropolitana com 12 milhões. Isto é, em trinta anos a população dobrou, apesar de que a taxa de fecundidade tenha caído drasticamente desde os anos 60, o crescimento demográfico continuou em taxas médias de 2,3% ao ano, em virtude de que a queda da taxa de mortalidade foi mais vigorosa. A contradição é que a queda da mortalidade não se deve substancialmente aos novos procedimentos médicos, mas à mudança do emprego da força-de-trabalho, do uso direto e predatório da força-de-trabalho no rude trabalho rural de jornadas de 15 horas ao trabalho urbano mediado e potenciado pelas máquinas, de que resulta a melhoria não-medicalizada da saúde. Por isso, o efeito da urbanização tem incidência direta no comportamento demográfico.

Uma explosiva combinação de crescimento econômico e concentração da renda, que já vinha do longo período anterior, foi exponenciada nos anos setenta; seguiu-se a longa estagnação, errática, com as taxas de crescimento caindo para a metade ou um terço do que foram nos anos setenta. Como a experiência histórica demonstra, a queda do crescimento não levou de volta ao campo os contingentes populacionais. Isto transformou as cidades brasileiras, suas capitais, suas metrópoles e sua megalópolis, em vastos acampamentos de miseráveis. Quais clones de suas bôcas, as cidades são como conjuntos de dentes cariados, e como no clássico do neorealismo italiano, feias, sujas e pobres. Abrigam, as que foram controladas pelo narcotráfico, também os malvados. Não é preciso insistir sobre a devastação da era neoliberal : desemprego de 18% na

megalópole²³, 53% de informalização da PEA. Perda líquida de 3 milhões de empregos entre 1989 e 1999, dos quais 2 milhões de empregos industriais.²⁴No ano de 2003 agregou-se ao contingente de desempregados um milhão a mais, e em 2004 o crescimento econômico conseguiu criar também um milhão de empregos, com o que voltou-se apenas à mesma situação.

Recente avaliação de alguns mutirões no município de São Paulo, constatou 50% de desempregados e 80% de informalização, razão da “virtude” do mutirão, que só se torna viável porque metade está desempregada e, pois, a melhor ocupação é construir em autoajuda sua própria casa. Bairros como a Cidade Tiradentes, uma das zonas mais pobres da periferia pobre de São Paulo, continuam a crescer a taxas de 8% ao ano, num processo de decaimento dos estratos pobres que vão se tornando miseráveis. Não mais a migração campo-cidade, mas cidade-cidade, da cidade pequena diretamente para as grandes, inclusive a megalópole. Dissertação que ainda vai ser defendida no Departamento de Sociologia da FFLCH-USP sobre “moradores de rua” constatava com base em pesquisas da SEBES-Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo que tais “moradores” – um ligeiro lapso semântico para designar quem não mora em canto nenhum – passaram de 3.392 em 1991 para 4.549 em 1994, e somavam 5.334 em 1996. O primeiro censo de população de rua, efetuado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da poderosa, e renomada, Faculdade de Economia e Administração da

²³ Medido pela pesquisa SEADE/DIEESE para o mês de outubro de 2004. A taxa média apurada para o país é de 9%, vinda de uns 2% no ano 1994, em que FHC ganha a eleição para a presidência da República. A enorme diferença entre a taxa apurada pela SEADE/DIEESE e o IBGE deve-se às diferenças de metodologia, em que o desemprego oculto é, redundantemente, grandemente ocultado pelo IBGE.

²⁴ Dados de Marcio Pochman, A Década dos Mitos.

USP contou-os em 10.394, para o ano de 2003. Outras entidades experientes em trabalhos de rua avaliam na verdade que o número é de 100 mil. É uma desestruturação total dos laços com a sociedade. Dados recentes do IBGE indicam que a taxa de criminalidade por 100 mil habitantes foi de 19 para 26, entre 1991 e 2001. Tal taxa inclui assassinatos, assaltos de todos os tipos, roubos e furtos. Isto vai revelando, pelos extremos, uma espécie de “decantação” social, um darwinismo social, onde somente sobrevivem os mais aptos, não por suas qualidades, mas pela capacidade de adaptar-se à selva urbana brasileira.

Então a metrópole brasileira transformou-se num Estado de Exceção. Inclusive as médias e pequenas cidades, mas não dramatizemos demais.

Algumas tendências mundiais adquirem na cidade periférica dimensões trágicas. O “informal” é a não-mercadoria do trabalho como exceção do emprego; o mutirão é a não-mercadoria da moradia como exceção dela mesma e do desemprego; a bolsa-família é o não-salário como exceção da informalização; as políticas focadas são a exceção da universalização. Soberano é aquele que decide sobre a exceção: o narcotráfico manda cessar todas as atividades em locais que controla, quando se vê contrariado, quando algum dos chefões é assassinado em confronto com a polícia ou em ajuste de contas, quando gangues invadem o território de outras. Como uma trágica ironia, o morro desceu para Copacabana, fechando todas as atividades do bairro-símbolo das ilusões perdidas do Brasil moderno, no mesmo dia em que se finava, no Copacabana Palace, cercado da pompa e circunstância em que viveu, o *playboy* símbolo do

capitalismo predatório, Jorge Guinle, cuja (in)atividade contribuiu para a destruição da cidade dos sonhos de todos os brasileiros; o **Crepúsculo dos Deuses** de Billy Wilder sequer aproximou-se desse realismo carioca. O Rio é o emblema: o narcotráfico é a exceção da polícia e da civilização.

Esse desastre urbano, em que falta chão para a universalidade, empurra o Estado para as políticas de exceção, as quais reforçam a própria exceção. De fato, olhando realisticamente, como fazer para dar conta do imenso déficit habitacional, com as favelas e bairros pobres que desafiam sua urbanização, a colocação econômica de água e esgoto. O mutirão torna-se de solução da carência em política oficial, a ser financiado até pela Caixa Econômica Federal: e como pagar depois, se a maior parte dos mutirantes é desempregada e continuará sendo na roda do azar e da sorte - que em francês é a mesma coisa. Funcionalizam a pobreza, tornando-a palatável, menos que um desafio como o encaravam os socialistas, e mais como um estôrvo, com o perdão de Chico Buarque. A exceção se caracteriza pelo rebaixamento do nível das contradições, uma espécie de dialética negativa: enquanto na história do Estado do Bem-Estar dos países ocidentais que hoje formam o pequeno pelotão dos desenvolvidos, o trabalho foi transformado em custo para o capital, para cujo ultrapassamento fez-se necessário um enorme aumento da produtividade, movida esta última pelo próprio bem-estar – os países mais produtivos, os nórdicos, são também os mais igualitários – na periferia sub-mundial o trabalho é objeto de políticas assistencialistas, que não são custo para o capital. Ficam a cargo do Estado, o que pareceria transformá-lo em custo, mas com as políticas

econômicas, sobretudo a fiscal, constrangidas pela financeirização das economias sub-mundiais, ficam sujeitas aos cortes que a conjuntura econômica impõe.

A cidade no Brasil é o paradigma da acumulação de capital da periferia globalizada: o contrato mercantil misturado com o não-contrato, não em superposições arqueológicas mas em todas as combinações, fornecendo uma mão-de-obra funcional para a revolução molecular-digital dos meios de produção. Em praticamente todas as ruas mais pobres das cidades do Brasil topa-se com o anúncio de “cursos de informática”, “por aqui passa seu futuro”. Uma rede complexa, em que o trabalho “formal” fornece renda que desce até os porões do inferno do desemprego ocupado – sim, é disso que se trata – criando as pequenas atividades, as “virações”, tudo regado também pelo dinheiro das Ongs que pretendem aliviar a pobreza, mas de fato a funcionalizam. Não se pode falar, aqui, de ausência do Estado: ele está em todos os lugares, não há um só lugar nas periferias das grandes cidades, nas favelas mais pobres, onde a combinação de políticas públicas, onguização, trabalho “informal” e trabalho “formal” não forme essa rede de alta densidade da... pobreza. Uma contradição é que a miséria cresce quando a renda das classes médias decrescem, porque no fundo o trabalho “informal” apenas redistribui os excedentes que provêm das rendas das classes médias. Estudos recentes vindos a público do professor Waldir Quadros, do Instituto de Economia da Unicamp, mostram que foram excluídos das classes médias na última década cerca de 3 milhões de pessoas, segundo uma estratificação por rendas. Isto incidiu diretamente sobre os salários e rendas das camadas mais pobres, o

que parece contraditório, pois alguns apregoam que a redistribuição da renda no Brasil deveria passar pela queda dos rendimentos das classes médias. Isto se diz para não tocar no problema real, que é a redistribuição dos ganhos do capital e a criação de empregos formais.

Destrucando a evolução truncada

Antes de sua precoce e infausta morte, Fernando Fajnzylber, uma das últimas florações da notável árvore genealógica da Cepal/Ilpes, denominou seu último livro de **La Industrialización Trunca de América Latina**²⁵. Ele foi, assim, quem reconheceu que a industrialização substitutiva de importações havia entrado num beco sem saída, combinando a produção de mercadorias para um consumo sofisticado com uma péssima distribuição de renda. Furtado o havia precedido nas suas críticas ao consumismo de padrão europeu e norteamericano pelas elites latinoamericanas, que provocaria necessariamente a concentração da renda e baixos coeficientes de investimento. Mesmo que não se concorde inteiramente com Fajnzylber e Furtado, permanece verdadeiro o truncamento da estrutura produtiva que se instalou com a “substituição de importações” e sua consequência, uma formidável concentração de renda.

Aqui convém recapitular um pouco a última participação do Nordeste na divisão regional do trabalho definida pelo padrão da “substituição de importações”. Na verdade, a SUDENE cometeu o equívoco de estimular uma industrialização que começava pela produção de bens-salários. Ora, numa economia pobre, caracterizada

²⁵ Fernando Fajnzylber, *La Industrialización Trunca de América Latina.*, e Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação.*

exatamente pelos baixos salários, tentar a industrialização regional dentro de um conjunto nacional que avançava também rapidamente baixando os custos e os preços dos bens-salários, isto é, aumentando a produtividade do trabalho, deveria dar num processo de fôlego curto, como de fato ocorreu. Apenas a Bahia, pela conjunção especial do guarda-chuva protetor da Petrobrás com os incentivos fiscais, dedicando-se à produção de bens intermediários, de fato logrou um certo avanço, que não foi inteiramente varrido na fase neoliberal mundializada. Não houve especialização do Nordeste em alguns fortes setores, como os dos bens de capital, por exemplo, ou de manufaturas de alta especialização, porque o Estado brasileiro não conseguiu imprimir este paradigma. Por exemplo, a Aeronáutica, que começou suas tentativas espaciais em Barreira do Inferno, perto de Natal, Rio Grande do Norte, poderia ter induzido uma parte da indústria aeronáutica a fixar-se ali, tal como a Embraer se instalou em São José dos Campos, exatamente porque, como no *Sillicon Valley*, ali estava o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, e mais, não havia indústria concorrente no Brasil. Hoje, as vantagens de São José dos Campos já são insuperáveis e uma nova unidade da Embraer se instala em Gavião Peixoto, também em São Paulo. Mas o exemplo serve para assinalar a imperícia da própria política estatal e regional da época de ouro dos incentivos fiscais.

Com sua condição de economia sub-mundial mastodôntica, o Brasil tem ainda alguma chance de escapar, pela tangente, às determinações e constrangimentos que a globalização do capital impõe. Não absolutamente, mas na margem. Utilizar a vantagem de que a combinação de financeirização com desenvolvimento técnico-

científico digital-molecular de certa forma des-territorializou as localizações produtivas; os novos métodos de organização do trabalho industrial também vão na mesma direção: *just in time*, *kamban*, organização flexível, que já não dependem de grandes estoques, nem requerem a proximidade física, em muitos casos. Em outras palavras, localizações de atividades econômicas hoje dependem da combinação de políticas governamentais/estatais, estratégias das empresas e a formação de um ambiente especial de pesquisa básica e desenvolvimento tecnológico. E as empresas buscam exatamente obter do Estado e dos governos as condições para realização de suas estratégias, como o caso das montadoras deve ensinar. Deixaremos de examinar aqui as condições que decorrem das políticas macroeconômicas no nível federal, por fugir ao escopo deste trabalho, e considerando que a atual orientação do governo federal dificilmente acolherá mudanças significativas. Desde logo, advirta-se, a política macroeconômica pode vir a ser um enorme obstáculo à concepção e implementação de políticas de desenvolvimento regional que deverão ser a negação dos automatismos de mercado pressupostos na política econômica. Mas convém arriscar, mesmo porque não há outro caminho.

A política típica para o desenvolvimento regional deveria mirar-se em caso recente, em que um eminente pesquisador brasileiro em neurologia, com brilhante carreira nos USA, resolveu dar uma contribuição ao desenvolvimento de sua região, o Estado do Rio Grande do Norte. E está arregimentando apoios e outros cientistas para criar no seu Estado um centro de pesquisas em neurologia de excelência mundial. Quais são as condições de que dispõe o RGN

para sediar um centro de pesquisa com a pretensão de formar na liderança mundial ? Nenhuma. Necessita apenas que cientistas queiram viver lá. E que os meios estejam disponíveis. Os recursos de permanente ligação com os grandes centros mundiais em parte já estão disponíveis, para que os que se localizam no R.G.Norte não estejam isolados: a internet. Praticamente todos os grupos de cientistas hoje no mundo correspondem-se e realizam trabalhos pela internet. Bibliotecas virtuais, troca de opiniões em tempo real, checagens de dispositivos, testes, exames, enfim, toda a bateria de procedimentos pode ser realizada hoje pela internet.

Mudando um pouco os parâmetros, isto pode ser estendido a dezenas ou talvez centenas de empreendimentos de alta tecnologia. E é disso que o Nordeste carece. Caso qualquer programa de desenvolvimento regional queira se basear nos recursos naturais locais, nas chamadas “vocações” regionais, estará fadado ao fracasso, ou a ver repetir as velhas especializações: fábrica de rêdes no Ceará, aguardente em Pernambuco – que nem tem a melhor aguardente do Brasil, que são, na verdade, artesanais –, aproveitamento de mel no Piauí, mulheres rendeiras por toda a região, gastando seus olhos e suas vidas para “enfeitar” os outros, e a série irônica poderia seguir, sem outro resultado que não seja um cínico e sarcástico rosário de “especializações regionais”, que não é o objeto deste documento.

Faz-se necessário a combinação de uma política nacional baseada em investimentos em ciência básica e alta tecnologia, a renovação e radical modernização das universidades públicas com a criação de institutos especializados, instrumentos financeiros altamente diferenciadores, o uso discriminatório dos incentivos

governamentais, nos quais se incluem os recursos do BNDES e do BNB, a atração de empresas de nova geração, que sejam os novos núcleos de irradiação. Hoje recorre-se muito aos chamados “arranjos produtivos locais”, que parece estão na moda. É um nome novo para velhas práticas, de pequeno porte, não-inovadoras, dentro das políticas de funcionalização da pobreza. E parece que contam com apoio dos bancos oficiais, sobretudo do BNB. Isto é botar água em cesto. Os novos setores, definidos como prioritários na política industrial do Governo, fármacos, semi-condutores, indústrias de software, são muito adequados para localizarem-se no Nordeste, não apenas porque não têm concorrentes no Brasil, como porque são de localização ubíqua. E com uma vantagem, que hoje é altamente atrativa: a possibilidade de desfrutarem de um alto padrão de vida com condições ecológicas privilegiadas. O Nordeste, que para gerações inteiras teve uma natureza madrasta, agora pode utilizar em seu favor o clima, suas belezas naturais, uma vida menos agitada que nas grandes metrópoles, enfim uma qualidade de vida superior. A partir daí, é possível estabelecer as rês de pequenos negócios, que são capazes de criar os empregos necessários, operando a redistribuição da renda gerada pelos empreendimentos mais sofisticados. O procedimento contrário, esperando que dos pequenos negócios se façam as reformas no emprego e renda de que o Nordeste urgentemente necessita, não se dará. Porque isso o pobre mercado autorizado pelo baixo nível de renda e sua péssima distribuição já faz: podemos deliciar-nos com as delicadas rendas das rendeiras desde o Maranhão até Sergipe, mas essa herdada e

cultivada habilidade que vem da nossa herança portuguesa não fará mais do que encher os olhos, mas não enche a pança.

Bibliografia

Francisco de Oliveira. Elegia para uma Re(li)gião. Planejamento e Conflito de Classes no Nordeste. 6^aed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1993

Francisco de Oliveira. Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco. 2^aed. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003

Francisco de Oliveira. “Periferias regionais e globalização: o caminho para os Balcãs”, in Glauco Arbix et al.(orgs.) Brasil, México, África do Sul , Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo, Unesp/Edusp. 2002

Francisco de Oliveira.”O Estado e a exceção: ou o Estado de exceção?”, in Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Belo Horizonte, MG, v. 5, n.1, maio de 2003

Francisco de Oliveira, “A Reconquista da Amazônia”, in Novos Estudos Cebrap n.38, São Paulo, março de 1994.

Francisco de Oliveira et al. “A Metamorfose da Arribaça”, in Novos Estudos Cebrap n.27, São Paulo, julho de 1990.

Albert Hirschman, “Desenvolvimento Industrial no Nordeste Brasileiro e o mecanismo do crédito fiscal do artigo 34/18” in Revista Brasileira de Economia Rio, de Janeiro, 21(4)Dez.1967

Leonardo Guimarães Neto,”O Programa de Desenvolvimento Industrial do Nordeste”, in Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro.Recife, PIMES/SUDENE/IPEA.vol.3.

Tania Bacelar de Araujo. La dimension interrégionale du travail au Brésil et l'exemple du Nord-Est. Paris. Université de Paris I. Thèse pour le doctorat du 3ème. Cycle. 1979 .

Raimundo Moreira. O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

GTDN. Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste. in Tania Bacelar, Renato Duarte, Leonardo Guimarães, Enoque Gomes (orgs.) O GTDN da Proposta à Realidade. Ensaio sobre a Questão Regional. Recife, Editora da UFPE. 1994

Celso Furtado, A Operação Nordeste. Rio de Janeiro, ISEB, 1959

Fernando Fajnzylber, La Industrialización Trunca de América Latina.

François Chesnais. A Mundialização do Capital. São Paulo, Xamã, 1996

Paul Hirst. E Grahame Thompson, Globalização em Questão. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, Vozes, 1998

José Luiz Fiori e Carlos Medeiros (orgs.) Polarização Mundial e Crescimento. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis, Vozes, 2001

Robert Kurz, O Colapso da Modernização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992

Joana da Silva Barros. Moradores de Rua-Pobreza e Trabalho: Interrogações sobre a Exceção e a Experiência Política Brasileira. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. São Paulo, 2004

Giorgio Agamben. Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2002

Bernardo Ferreira. O Risco do Político. Crítica ao Liberalismo e Teoria Política no Pensamento de Carl Schmitt. Belo Horizonte/Rio de Janeiro. Editora UFMG/Iuperj. 2004

Jacques Rancière. O Desentendimento. São Paulo, Editora 34. 1996

Cibele S. Rizek. Os sentidos da cidade na sociologia brasileira: da civilidade ao seu avesso. Relatório parcial (2001-2002) para projeto temático do Cenedic para Fapesp. São Paulo, 2002 (mimeo)